

A curricularização da extensão como revolução silenciosa no ensino superior público: entrevista com Sandra de Deus

The curricularization of extension as a
silent revolution in public higher
education: interview with Sandra de Deus

La curricularización de la extensión
como revolución silenciosa en la
educación superior pública: entrevista a
Sandra de Deus

DOI: 10.46952/rebej.v13i31.1230



Rodrigo Ratier

rratier@usp.br

Doutor em Educação pela Universidade de
São Paulo

Rafael Burgos

burgossrafael@gmail.com

Mestre em Comunicação e Semiótica pela
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo

1 INTRODUÇÃO

Previsto no Plano Nacional de Educação (PNE), o processo de curricularização da extensão teve seu prazo de implementação finalizado em dezembro de 2022, cenário em que vemos as instituições de ensino superior se mobilizando para promover as adaptações necessárias. Trata-se de um conceito complexo, cuja implementação plena, no sentido de garantir a participação, tanto de estudantes como da comunidade, depende da observância de uma série de princípios.

Para debater os desafios do ensino superior brasileiro à luz dessa implementação, conversamos com a Prof^a Dra. Sandra de Deus, titular do Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Além de sua atuação como Pró-reitora de Extensão da UFRGS entre 2008 e 2020, Sandra foi presidente do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), numa jornada que a credencia como uma das maiores autoridades do país no assunto da curricularização da extensão.

Em conversa com a REBEJ, Sandra afirma que a curricularização representa a transformação mais significativa já ocorrida no ensino superior brasileiro. Ela também acrescenta detalhes sobre a experiência extensionista vivenciada com seus estudantes na UFRGS e destaca os principais desafios deste processo, tanto para docentes como para alunos.

A curricularização da extensão como revolução silenciosa no ensino superior público: entrevista com Sandra de Deus

REBEJ: *Como se chegou até a aprovação da curricularização da extensão? Por quais caminhos a “perna mais frágil” do tripé universitário conseguiu esse reconhecimento?*

Sandra de Deus: Se pensamos em curricularização, ela remete ao início dos anos 2000, quando se via a necessidade de mudanças, não no sentido de incorporá-la à vida dos estudantes, pois ela sempre existiu – com a iniciação à pesquisa, por exemplo, ou atividades sociais realizadas pelos alunos –, mas como uma estratégia, com a meta de aumentar o número de estudantes nos cursos superiores. Essa foi uma meta estabelecida pelo PNE à época.

Algumas coisas acontecem até que chegamos ao PNE de 2014, que propõe uma estratégia para se alcançar a meta, e aí vêm de novo os 10% de crédito de extensão universitária, num contexto em que já se tinha uma compreensão maior do próprio ensino público brasileiro, com todas as mudanças sociais dos anos anteriores. Então, se incorporou uma estratégia para alcançar essa quantidade de jovens no ensino superior – a extensão universitária é uma busca por “encantar” os estudantes.

Seguindo esse percurso histórico, em 2018, chegamos a um cenário de mudança políticas no país. Então, quando se regulamenta a Resolução nº 07, de dezembro de 2018, ela já não menciona mais a vulnerabilidade social, mas projetos e programas, o que representa uma modificação a esse percurso começado em 2001. Na prática, essa Resolução traz uma “caixa de ferramentas”, sem uma orientação nacional às universidades, que tiveram de se organizar para “abrir essa caixa de ferramentas” em busca de incorporar, efetivamente, os 10% de crédito de extensão.

Em função da pandemia, o que tinha de acontecer até 2020 foi estendido até 2022, e agora chegamos a esse momento, de implementação concreta da extensão universitária nos cursos de graduação.

REBEJ: *Você costuma classificar a curricularização como uma medida “revolucionária” na educação superior brasileira. O que você quer dizer com isso?*

Sandra de Deus: A incorporação de 10% de crédito de extensão universitária em todos os cursos de graduação, de universidades públicas e privadas, é sim a maior revolução já ocorrida no ensino superior público brasileiro, porque ela enseja uma mudança extremamente silenciosa. Quando se permite que os estudantes estejam aprendendo com outros que não os seus docentes, isto é uma grande revolução, não apenas no curso de jornalismo, mas em todos os cursos superiores.

É verdade que isso já acontecia, mas não de forma obrigatória – a extensão só alcançava os estudantes com vontade e disponibilidade, ou com militância para fazer isso. Agora, não, todos passarão pela extensão universitária, o que traz uma mudança curricular muito significativa, pois possibilita outros aprendizados, garante uma formação mais ampla, com diferentes visões, aos futuros profissionais.

A extensão permite que outros atores participem de um currículo que sempre foi visto pela lógica da “grade”, e esse é um grande desafio. Esses novos atores nos levam, enquanto docentes, a pensar diferente, a ensinar e praticar jornalismo de novas maneiras. Um tipo de conhecimento que somente a prática extensionista proporciona ao levantar questões contemporâneas, como os critérios de noticiabilidade, por exemplo.

A curricularização da extensão como revolução silenciosa no ensino superior público: entrevista com Sandra de Deus

Em última análise, trata-se de evidenciar tensões internas que são importantes: quem nós estamos formando e para quê? A revolução que eu destaco não está exatamente na extensão, mas na formação de que ela faz parte, o elemento de cidadania que ela está potencializando.

REBEJ: *E como você tem visto esse movimento no dia a dia da sala de aula?*

Sandra de Deus: Sabemos que, para cada docente, a sua disciplina é muito importante, pois são 60 horas de disciplina que começam a se dividir com a extensão. Então, no caso da minha disciplina de radiojornalismo (na UFRGS), por exemplo, temos 45 horas dedicadas ao estudo de rádio, quando os alunos estabelecem pautas, entrevistam pessoas etc., e 15 horas de extensão.

Nesse semestre, nós temos um grupo de idosos produzindo os programas junto com os estudantes, que são os coadjuvantes de aprendizado nesses momentos – essa é a ideia da extensão: perceber e aprender com outras realidades. Em algumas universidades brasileiras, vemos esses movimentos avançando.

REBEJ: *Muito interessante. No caso do seu exemplo, qual o perfil desse grupo de idosos e como ele apareceu para esse grupo de alunos?*

Sandra de Deus: Em Porto Alegre, temos a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), que, entre outros públicos, atende um grupo de idosos, normalmente pessoas de baixa renda. Eu conversei com as assistentes sociais da Fundação para convidar esse grupo, no sentido de eles participarem dessa experiência como “docentes”. Elas toparam, então começamos a montar o cronograma da disciplina, prevendo a produção dos programas, com a participação desses idosos.

Então, começamos com os estudantes em maio, na produção do programa de entrevistas (prática de ensino), que irá ao ar na rádio da universidade. Em julho, os estudantes finalizam essa prática, e os idosos vêm ao estúdio – as técnicas da FASC selecionam cinco grupos, buscando, especialmente, a presença de todos eles no estúdio, dentro da universidade. Esses grupos terão, então, uma semana de produção junto aos estudantes e outra para apresentação e gravação do programa.

Para além da prática de ensino, esse é um aprendizado que se concretiza no relacionamento entre os jovens e os idosos – um desafio, por exemplo, no trabalho com os temas, que serão escolhidos pelos idosos. Eles assumem esse papel de docente e, finalizado o processo, fazemos uma avaliação conjunta dos resultados dessas 15 horas de extensão.

REBEJ: *Foi o NDE (Núcleo Docente Estruturante) que esteve à frente dessa implementação, analisando currículos e créditos por disciplina, certo? Houve consulta aos docentes nesse processo?*

Sandra de Deus: Aqui na UFRGS, nós recebemos essa “caixa de ferramentas”, a Resolução nº 29, que delimita o que podemos fazer, deixando o restante livre para fazermos como quisermos. No caso do jornalismo, decidimos trazer tudo para dentro do curso, sem permitir que os estudantes fizessem outros projetos e programas de outras unidades acadêmicas.

A curricularização da extensão como revolução silenciosa no ensino superior público: entrevista com Sandra de Deus

Quando pensamos na curricularização no passado, o objetivo era que os estudantes fizessem projetos em cursos distintos, como teatro, agronomia etc. No entanto, em nosso programa, predominou essa proposta de restrição ao próprio curso de jornalismo.

Mas, na faculdade, se pensamos nos cursos da área de comunicação, temos uma disciplina-base, de Comunicação e Cidadania, com 60 horas, que discute tanto questões de cidadania como de extensão universitária. Então, ela já traz aos estudantes uma carga extensionista que inaugura esse processo – no fim, chegando às 300 horas exigidas no curso.

REBEJ: *Essa disciplina de Comunicação e Cidadania tem uma carga teórica e, também, de familiarização com as discussões de cidadania, extensão etc., é isso?*

Sandra de Deus: Sim. Ela possui uma carga teórica e, também, um projeto de extensão, que foi incorporado por mim, no sentido de que os alunos tragam pessoas da comunidade para participar dos seminários, por exemplo. Mesmo antes de ser extensionista, eu já trazia essa proposta para a disciplina, algo que começamos a desenhar durante a pandemia.

No fim das contas, é uma disciplina basicamente teórica, mas cuja discussão abarca a comunidade. É preciso destacar, a curricularização não é a disciplinarização, não se trata de criar diversas disciplinas de extensão universitária, o que não vai levar os alunos a lugar nenhum.

De outro modo, é preciso pensar, sempre, numa base para que eles entendam o que é a extensão universitária, no sentido de que deem um salto para seus projetos a partir daí. Porque, se estudantes e docentes não têm uma base conceitual sobre a própria extensão, como eles vão entender o sentido do trabalho junto aos idosos, por exemplo? Essa é a função da nossa disciplina-base.

REBEJ: *Perfeito. Em reuniões da Abej (Associação Brasileira de Ensino em Jornalismo), tem surgido uma série de dúvidas sobre o significado, a estrutura e os atores envolvidos nessa reforma da extensão. Por que ainda há tanto desconhecimento sobre o assunto?*

Sandra de Deus: Não há falha, pois esse estranhamento é próprio à extensão universitária, ela foge a esse controle tradicional da sala de aula exercido pelos docentes. Vale lembrar, a interação universidade-sociedade é bastante complicada, no sentido de que a universidade sempre se fechou no seu conhecimento. E, quando abrimos essa porta, não sabemos quem vai entrar.

Então, é natural essa dificuldade envolvendo nós, professores e coordenadores de curso: como vou avaliar o que o meu estudante aprendeu nesse processo? Nós estamos presos a este sistema de avaliação, em que eu ensino e você aprende. E essa mudança de visão desperta muitos medos.

As pessoas precisam ser cidadãos políticos neste país, e esse é um papel da extensão universitária – não confundir isso com partidarização. No atual momento do jornalismo, a curricularização da extensão é tudo aquilo que muitos de nós, professores, sempre sonhamos em fazer no jornalismo – hoje, com os estudantes sendo obrigados a fazer.

REBEJ: *O que você quer dizer com “politização”?*

A curricularização da extensão como revolução silenciosa no ensino superior público: entrevista com Sandra de Deus

Sandra de Deus: No sentido de conhecer a realidade brasileira, grandes temas nacionais que, por vezes, passamos “lotado”. Trata-se de pensar uma outra formação, em sintonia com esses novos atores da universidade – pobres, negros, indígenas e mulheres –, que trazem sua carga de oralidade e, agora, também conseguem ter esses outros olhares. Essa é nossa grande dificuldade, e não o “estranhamento” com a curricularização.

REBEJ: *Você mencionou alguns projetos do curso de jornalismo que terão uma parte da sua carga horária destinada à extensão. O que caracteriza, na prática, essa “parte”? Pensando em critérios, por exemplo.*

Sandra de Deus: Exatamente a presença da comunidade produzindo, e não somente aquele modelo anterior, em que os estudantes iam, basicamente, entrevistar a comunidade. Quando essa comunidade consegue produzir seus textos numa revista, estamos, efetivamente, fazendo extensão universitária.

Todas essas questões, que envolvem a troca de aprendizados em comunidade, dizem respeito à extensão universitária, porque os estudantes estão se confrontando com outro tipo de conhecimento.

REBEJ: *Quais outras práticas podemos elencar? Se pensamos no ensino do jornalismo para estudantes do ensino médio, por exemplo. Isso também é extensão?*

Sandra de Deus: Sim. Há uma discussão bem interessante que aponta o seguinte: se o pano de fundo é a análise de mídia, por exemplo, não estamos falando de extensão universitária, certo? Por outro lado, se estamos elaborando um jornal-laboratório com estudantes do ensino médio, aí sim, pois eles vão aprendendo a fazer, enquanto os estudantes de jornalismo aprendem com a comunidade, com suas fontes, que têm um papel ativo nesse processo.

REBEJ: *Perfeito. Para finalizar, é importante te ouvir sobre o desafio da educação à distância na extensão.*

Sandra de Deus: Essa desculpa de que a educação à distância é um entrave à curricularização da extensão não faz sentido, porque as pessoas estão em suas comunidades, presencialmente. De modo que não é necessário elas estarem conectadas, lendo um material ou assistindo um vídeo. O trabalho e a produção acontecem no dia a dia com a comunidade.

Nós, docentes, muitas vezes buscamos desculpas. Logicamente, há desafios. Em universidades privadas, a curricularização significa você acrescentar uma carga horária de trabalho, na medida em que terão de supervisionar e acompanhar uma outra saída. Já na universidade pública, há a questão do custo, mas essa é outra desculpa, pois os estudantes sempre se deslocaram em suas práticas de ensino.

Não estamos mais falando de um “apêndice”, mas de formação. Seja na educação à distância, em cursos noturnos ou diurnos, a atividade de extensão universitária se dá nas comunidades. E as comunidades não estão à distância dos polos de ensino.

REBEJ: *Para quem está caindo de paraquedas nessa discussão, quais os documentos essenciais à implementação da curricularização?*

A curricularização da extensão como revolução silenciosa no ensino superior público: entrevista com Sandra de Deus

Sandra de Deus: Antes de tudo, temos a Política Nacional de Extensão, um documento fantástico e extremamente atualizado. Além disso, há o PNE 2014, a Resolução 07, de 2018, e as resoluções das universidades, bem como dos cursos. Esse é o caminho que temos.